

O bolsonarismo e a indoutrinação paramilitar da juventude

MARCELO JOSÉ DO MONTE

FÁBIO GENTILE

RESUMO: O presente estudo visa analisar a atuação do ex-presidente Jair Bolsonaro e sua postura de ameaça à democracia, ante a implantação de um modelo educacional militarizado para os jovens estudantes. Na abordagem, observou-se a trajetória do ex-presidente da República sob a perspectiva do bolsonarismo e de que forma se priorizou a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares no País.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Extrema Direita. Escola Cívico-Militar. Ameaça à democracia.



Bolsonarism and the paramilitary indoctrination of youth

ABSTRACT: The present study aims to analyze the actions of former president Jair Bolsonaro and his stance as a threat to democracy, given the implementation of a militarized educational model for young students. In the approach, the trajectory of the former President of the Republic was observed from the perspective of Bolsonarism and how the implementation of the National Program for Civic-Military Schools in the Country was prioritized.

Keywords: Bolsonarism. Far Right. Civic-Military School. Threat to democracy.

MARCELO JOSÉ DO MONTE

Doutorando em Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Mestre em Políticas Públicas pela UECE.
Especialista em Direito Público pela Universidade Vale do Acaraú.
Email: marcelomonteoficial@gmail.com

FÁBIO GENTILE

Doutor em Filosofia e Política na Universidade l'Orientale de Nápoles.
Professor associado II no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).
Email: fabio_gentile@ymail.com

DATA DE ENVIO: 25/01/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 11/07/2024

1 Introdução

Durante o seu primeiro ano de mandato, em 2019, o ex-presidente Jair Bolsonaro trouxe como medida político-administrativa a importância da “militarização” das unidades de ensino em todos os Países. Em seu propósito, o então chefe do Executivo defendeu e implantou o programa das escolas cívico-militares sob a alegação de que, com esse modelo de aprendizado, os indivíduos não dependeriam do assistencialismo social do Estado, uma vez que para Bolsonaro o intuito era não querer “[...] que essa garotada cresça e, no futuro, seja um dependente até morrer de programas sociais do governo” (MAZUÍ, 2019).

É bem nessa perspectiva que o presente estudo objetiva fazer um reflexão sobre a atuação do ex-presidente Jair Bolsonaro e como seu perfil político oscilou entre atitudes e tendências autoritárias que, de certa forma, abdicaram ou negaram o modelo educacional do país, pois, ao mesmo tempo, que deu ênfase a uma categoria específica alicerçada na hierarquia e na disciplina, buscou impor um formato de educação cívico-militar que, se não fere a universalização do ensino, ameaça o Estado Democrático de Direito.

Foi assim que se observou certas representações de cunho ideológico durante o trajeto de Jair Bolsonaro, ainda como parlamentar federal e depois como chefe de Estado. E, finalmente, buscou-se compreender os caminhos cogitados pelo ex-presidente da República na implantação do modelo militarizado e de pretensão nesse tipo de metodologia de ensino, já que o projeto político procurou priorizar uma educação voltada ao adestramento dos jovens estudantes, se assemelhando pela crítica, de alguma forma, à maquete das escolas italianas de Mussolini e de Adolf Hitler, na Alemanha Nazista.

Para alcançar o resultado, privilegamos a investigação de aspectos relacionados à disputa pelo poder e para o poder nas práticas discursivas, porém, sem negligenciar, utilizamos de métodos qualitativos e de Análise de Discurso Crítica/ADC (FAIRCLOUGH, 2001). Tal metodologia parte sempre do texto e falas e busca compreender os sentidos simbólicos produzidos pelos sujeitos e grupos nos eventos e nas estruturas sociais, assim

como as assimetrias de poder inseridos nos discursos. Importando ainda destacar que não se buscou no tipo de abordagem metodológica propor noções gerais ou totalizantes da realidade, mas perceber como os sentidos são construídos em situações contingentes específicas.

2 Extrema direita brasileira e o antagonismo social

A sociedade brasileira conviveu com longos e difíceis períodos de ditaduras autoritárias, desde os governos de Getúlio Vargas e até a chegada dos militares ao poder. No decurso desses anos foram momentos de tensões democráticas e de rupturas institucionais, que apontaram fases de fortalecimento e concentração dos poderes, desde a Constituição de 1937 [regime de Estado Novo, de 1937 a 1945], até a de 1967, após o golpe militar de 1964 [regime que durou até 1985].

Com a redemocratização do País, a Constituição do Brasil de 1988 priorizou a intensa participação da sociedade civil em todos os níveis, resultado da efervescência política dos últimos anos de Ditadura Militar, em que o Estado de Direito, de acordo com a tradição da liberal-democracia moderna, afirmou-se a partir do poder emanado da vontade popular. Embora uma ampla vertente da ciência política tivesse destacado como o processo de democratização brasileira estava se consolidando em torno dos dois principais partidos (PT e PSDB), artífices da transição da ditadura para democracia, pode-se observar que a partir de 2010 uma onda ultraconservadora avançou no ecossistema político do Brasil, tentando representar os anseios da sociedade e de salvação e ataques aos partidos de esquerda brasileira.

Ademais, em 2013, as manifestações de ruas, convocadas por meio das plataformas digitais e redes sociais (*Facebook*, *Youtube* e *Twitter*), foram amplamente utilizadas pela direita brasileira, a qual, em sintonia com as direitas de outros países (o caso da direita neofascista italiana é bastante expressivo), pode se apresentar como radical e/ou extrema, uma vez que ela está ao mesmo tempo dentro do sistema democrático (participa das eleições, aceita de uma certa forma as regras do jogo político, apoia os governos, se

precisar, para garantir a governabilidade), mas ao mesmo tempo está “fora do sistema”, se apresentando como excluída pelos partidos no poder, que ela quer combater em nome do populismo antipolítico, bem como rejeitando as mediações representativas da democracia. Enfim, trata-se também de “[...] uma direita não convencional, que não está contemplada pelos esquemas tradicionais da política”, almejando evitar qualquer mudança no *status quo* da sociedade brasileira (ARANTES, 2014). Aliás, ela se apresenta como uma “direita plural” (CALDIRON, 2001), caracterizada por uma multiplicidade de experiências, vinculadas à circulação da direita em nível global e transnacional, em acordo com uma nova geração de estudos (MODELLI, 2023).

De toda forma, a expansão de tais grupos de direita esteve associada a um deslocamento não tão compreendido dentro de um episódio mais complexo das manifestações ocorridas em 2013, demonstrado tanto pela aceitação crescente de pautas conservadoras extremas pela opinião pública quanto pelo aumento da sua representatividade institucional na política brasileira. Contudo, a partir de 2015, percebeu-se a ascensão de um movimento nas casas representativas com a presença marcante de grupos radicais intitulados Tradição, Família e Propriedade (TFP), através do fortalecimento das bancadas parlamentares dos 3Bs (Boi, Bala, Bíblia), vinculadas, respectivamente, às demandas dos setores agropecuaristas, das corporações militares e de segurança pública e dos cristãos conservadores (SAVIAN; MODELLI, 2016).

Em 2016, tais correntes dessa direita representaram ataques aos poderes constituídos e tencionaram atos antidemocráticos, em meio a um cenário que galvanizava a sociedade em torno do impeachment da ex-presidente da República, Dilma Rousseff (G1 DF, 2015). Em destaque, alguns movimentos como *Movimentos Brasil Livre* (MBL) e *Vem Pra Rua* ganharam visibilidade social e política ao propagarem discursos, nas redes sociais, de incitação aos adversários comum, de descréditos e de perseguição a uma classe específica da política (VILLELA, 2016). Essas manifestações possuíam agendas moralistas e moralizadoras, uma vez que incitavam a opinião pública ao tentarem agregar um conjunto de valores, apresentados como os fundamentos de um novo projeto

de nação brasileira (Deus, Pátria, Família), bem como confrontar paixões e interesses mútuos e recíprocos à determinada causa e, de certo modo, buscando construir um sentimento na sociedade de temor e insegurança, com apelo ao escrutínio popular e por meio de uma falsa esperança de bem-estar social (CHARAUDEAU, 2016). Tal tipo de estratégia, de alguma forma, apoiava-se em um ambiente de instabilidade institucional e de crise social, pois pretendiam deslegitimar a democracia em defesa de liberdades, exclusão social e autonomia de interesses econômicos (BROWN, 2019), já que traziam práticas que visavam expor certos atores sociais e grupos, e interferir no ambiente político e no campo democrático, como forma de propor ao senso comum uma lógica supostamente universal.

As representações dessa direita radical possuem aspectos análogos com os da direita tradicional brasileira, uma vez que um dos elementos aglutinadores da extrema direita é a tensão liberalismo-autoritarismo, traço marcante de toda a história do Brasil contemporâneo (GENTILE, 2018). Desde então, tal direita insurgente já albergava uma vertente liberal democrata e outra neoliberal, pois, enquanto uma categoria se opõe ao autoritarismo, a outra busca incorporar essa tendência autoritária à intervenção da economia (LYNCH, 2021). De qualquer forma, o surgimento de tais correntes radicais passou a integrar as ações da extrema direita, agregando critérios e feições com posturas de autoritarismo e neocorporativismo e com um compromisso de priorizar as políticas neoliberais (GENTILE, 2018).

Para Mudde (2019), há uma subdivisão que integra a extrema direita e a direita radical conceituada como *far right*. O movimento de extrema direita e da direita radical alternativo caracteriza-se de *alt right*, quer dizer a associação, em um universo alternativo, da extrema direita à direita radical. Daí destacar que a extrema direita (propriamente dita) tem manifestações contrárias à ordem democrática e aos princípios liberais, isto é, bem como propensões a modelos autocráticos, ao passo que a intitulada direita radical, embora se proponha a observar o espírito democrático, opõe-se aos elementos essenciais de uma democracia liberal, notadamente ao princípio constitucional da separação dos poderes (PRADO, 2021).

Nesse viés, observa-se o crescimento no Brasil da direita, radical e extrema, simbolizada nas crenças, valores e ideais estabelecidos pelo ex-deputado federal Jair Bolsonaro, alinhada a uma opção política que se contrapõe ao sistema, às práticas e agendas progressistas e identificadas nos discursos de ódio e antipetista, tal como alicerçada na retórica metafórica de anticorrupção e de ataques e agressões aos poderes republicanos e às instituições democráticas, o que ensejou, de certa maneira, numa reorganização dos grupos conservadores e de direitas brasileiras. Tal vertente neoconservadora da extrema direita ou como já dito, *alt-right*, deu-se a partir do populismo de direita, ou seja, da percepção de aproximação, do carisma e da pseudo convicção de honestidade do então candidato de extrema direita à eleição em 2018, das crises dos partidos de esquerda e da *trumpização* da política, que são processos complexos não redutíveis a uma única variável unidimensional, porque merecem uma análise sociopolítica do contexto que motivou o ressurgimento desses grupos, da instabilidade democrática e da ameaça aos direitos mais fundamentais da sociedade (SOLANO, 2018).

Os grupos da extrema direita ocupam habitualmente o espaço virtual, organizando-se através das mídias alternativas, nas redes sociais, em que o *modus operandi* dos seus canais são replicados no *Facebook*, *WhatsApp*, *Telegram* etc., o qual fortalece a construção de um discurso perfilado a práticas antidemocráticas, unindo movimentos, partidos, militantes, pessoas de estratos distintos da sociedade, e com ideias conservadoras, muitas vezes associadas às convicções nazifascistas, visto que compartilham e sustentam interesses dominantes, distinguindo-se, portanto, da direita tradicional, à qual tinha muita dificuldade em espalhar seu discurso revisionista ou até negacionista entre as massas, num contexto de espaços clássicos da opinião pública “esclarecida” e racionalista (SILVA *et al.*, 2014).

Destacando que os apoiadores de Jair Bolsonaro já utilizavam significativamente as redes sociais, a exemplo do que aconteceu em 26/10/2018 às vésperas das eleições, quando se verificou uma quantidade de 8 milhões de seguidores no perfil oficial

do Facebook do ex-presidente. Aliás, no início da campanha em 31/08/2018 esse número era de 5,5 milhões, e já em 19/02/2019 aumentou para 10.584.214 seguidores nas redes (GORTAZAR, 2018). Em tais ambientes, os principais discursos se voltavam a criar um antagonismo entre grupos do bem e do mal, em que o posicionamento de dessemelhança dos extremistas, apoiadores de Bolsonaro, decorreria do fato de a esquerda brasileira ser anti-nacional, antidemocrática, comunista, desordeira e corrupta, e responsáveis pelo desarmamento dos cidadãos e pelos desgastes dos valores da família, ao passo que a classe dessa extrema direita representaria as pessoas do “bem”, a classe trabalhadora, ordeira, honesta e a favor da família.

Para Bobbio (1995), esse tipo de direita defende movimentos antiliberais e anti-igualitários, em que a democracia significa mediocracia, isto é o predomínio da classe média, bem como dos medíocres. Em Brown (2019), o surgimento e o avanço dessa classe deslegitimam o campo democrático, já que tencionam um discurso de exclusão e divisão social com propósito maniqueísta, segundo Resende (2009, p. 152), do “nós” (brancos, masculinos, hétero e cristãos), contra “eles”, em que há uma “segmentação simbólica de indivíduos e grupos” e uma “fragmentação social”, construindo sentidos a partir de um rótulo de dessemelhança e expurgo, por representar significativamente uma determinada classe, inclusive política, ou pessoas em detrimento de outras, já que visa produzir um “inimigo comum” a ser de qualquer forma combatido, e, assim, tal diferencialidade postula uma suposta legitimidade, através de um processo de articulação política, capaz de nomear adversários, distinguindo-os no mundo social (LACLAU, 2013).

Enfim, para tais indivíduos e grupos extremistas, a relevância de suas ações é no sentido de manter e sustentar teses conspiratórias em desfavor de um adversário político, uma vez que desprendem ataques a quem são contrários aos seus ideais radicais, sobretudo de interferência nos poderes republicanos e de representações de práticas antidemocráticas (ZANINI, 2020).

3 Bolsonaro e o projeto de poder

Em 2018, a sociedade dividia as atenções na expectativa de novas eleições para presidente da República, em que o novo governante assumiria a cadeira do Palácio do Planalto. O ambiente era de ebulição social e de insegurança jurídica das instituições, uma vez que a sociedade estava segmentada em torno da absolvição ou não do atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A condenação ocorreu em um cenário no qual o petista, então candidato à época da presidência do Brasil, liderava todas as intenções de votos. Nesse panorama relatado, o presidente Lula, em virtude de fortes perseguições políticas, fora impedido de participar do pleito eleitoral de 2018. Mesmo assim, o partido dos trabalhadores (PT) lançou como então candidato à presidência da República o ex-prefeito de São Paulo e atual Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que em meio a um contexto desfavorável de ataque às instituições e poderes constituídos chegou ao segundo turno com o presidenciável Jair Bolsonaro, vindo, ao final, o candidato da esquerda perder as eleições para o candidato da extrema direita brasileira.

Foi nesse cenário que o discurso de ódio e de combate ao adversário ou inimigo comum esteve presente através dos apoiadores que defendiam a eleição do então ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Durante o período eleitoral, bem como após as eleições, as representações da extrema direita mobilizaram sentidos e naturalizaram estratégias ideológicas de resistências às instituições e aos poderes constitucionais, com ideais antidemocráticos (CARTACAPITAL, 2022). As representações da extrema direita brasileira fomentaram supostos valores em torno de questões, como: democracia, golpe, intervenção militar, separação dos poderes, liberdade de expressão e opinião, dentre outras, tudo voltado a convicções religiosas conservadoras, nacionalistas e patrióticas, englobando aspectos mais extremistas ou autoritários (PRADO, 2021).

O avanço da extrema direita e do conservadorismo já fazia parte das disputas eleitoras ao redor do mundo. Por exemplo, nos Estados Unidos, Donald Trump se elegeu em 2016 pelo Partido Republicano com aproximadamente 59.937.338 de votos,

responsáveis pela sua vitória em 29 Estados, somando 290 votos no Colégio Eleitoral (BBC, 2016). Enquanto no Brasil, o maior país da América Latina, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi eleito em 2018 com 57,8 milhões de votos, ou 55,13% dos votos válidos, equivalendo a 39,3% do eleitorado total do País (ALVES, 2018). Aliás, durante sua campanha eleitoral, Bolsonaro já adotava um discurso de tutela à Ditadura Militar [1964-1985] e de pautas, sobretudo, autoritárias, de combate à corrupção, e moralistas de perseguição aos partidos de esquerda, ao comunismo, aos movimentos sociais e minorias, dentre outras.

A propósito, ao longo da sua vida política, Jair Bolsonaro foi filiado a vários partidos, a saber: Partido Democrata Cristão [1988 a 1993]; Partido Progressista Reformador [1993 a 1995]; Partido Progressista Brasileiro [1995 a 2003]; Partido Trabalhista Brasileiro [2003 a 2005]; Partido da Frente Liberal [2005]; Partido Progressista [2005 a 2016]; Partido Social Cristão [2016 a 2018]; e em 2018 quando se filiou ao Partido Social Liberal (PSL), com o qual se elegeu presidente e; por último, ao Partido Liberal (PL), em que se mantém filiado até os dias atuais. Essa mobilidade partidária, de um lado, aponta para a fragilidade do projeto político encampado pelo ex-presidente e, de outro, para o enfraquecimento do sistema partidário como estrutura representativa no momento atual do Brasil, gerando uma tendência à personificação da política.

Ainda, como deputado federal defendeu questões ultraconservadoras e antidemocráticas, e fazia alusão a torturadores como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido no período da ditadura como um indivíduo que praticou, nas instalações do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), centenas de sessões de torturas com requintes de sadismo e crueldade em pessoas perseguidas e capturadas pelo Regime Militar, dentre elas a ex-presidente Dilma Rousseff (GUIMARÃES, 2018).

Foi assim que o ex-deputado Jair Bolsonaro, na sessão de julgamento, em 17/04/2016, do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, profere o seguinte voto:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, por nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos (BOLSONARO, 2016b, Transcrição).

No discurso, Bolsonaro simboliza a personificação autoritária que constitui um posicionamento extremista, quando nas falas aborda categorias como “família” em alusão à escola sem partido, “liberdade” em tom de ataque ao “comunismo” e ao “Foro de São Paulo”. Citando, ainda, o coronel Ustra com um manifesto irônico e de derrota do Partido dos Trabalhadores, na figura da então presidente Dilma Rousseff. Por fim, quando destaca o seu principal *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo” e “Deus acima de todos”, revela uma prática que aprofunda o ódio na sociedade, com certa pretensão nacionalista, militarizada e belicosa, com paranoias golpistas e de apoio à Ditadura Militar, no sentido de usurpar a ordem tradicional e democrática do País (STANLEY, 2022).

Na passagem “Perderam em 64, perderam agora em 2016”, mais uma vez, há uma espécie de atualização da memória histórica brasileira, pois se remete ao Golpe Militar de 1964 para definir quem é o “eu e nós vencedor” e o “outro e adversário derrotado”. Pois, tanto no acontecimento pretérito como na atualidade, o que estaria em jogo seria a manutenção da ordem na sociedade brasileira pelos cidadãos de bem frente aos comunistas, os quais são tidos, para Bolsonaro e seus apoiadores, como uma espécie de “inimigos” do Brasil que destroem os valores fundamentais do Estado brasileiro, tais como: o Deus cristão, a família tradicional, a ideia de nação e a propriedade privada.

Além disso, após o episódio do impeachment da Dilma Rousseff, Bolsonaro novamente traz discursos que remetem a um tipo de segregação e intolerância a determinados grupos, notadamente, da classe estudantil de esquerda, quando esses ocuparam a frente da sua casa, em 24 de abril de 2016, senão vejamos:

Estava em minha residência nessa manhã quando **uns 100 desocupados, com bandeiras vermelhas**. Diante de tantas ameaças mandei-lhes o seguinte recado: Se **invadirem**, não sairão; Minha **propriedade privada** é sagrada; Minha esposa e filhas de 13 e 5 anos nunca serão **reféns de vocês**; Por isso o **PT desarmou o povo brasileiro** (BOLSONARO, 2016a, grifo nosso).

Sobre essas falas, algumas questões se mostram relevantes, pois se analisarmos as narrativas conotativas até então, percebe-se uma relação semântica com os discursos até hoje da extrema direita brasileira, em especial quando se diz “desocupados” e “com bandeiras vermelhas”; “ameaçam invadir” e fazer “reféns”, defensores contra inimigos; sua “família” como grupo ameaçado, comparando-a a família tradicional brasileira, pois remetem a uma estratégia específica que permite criar uma antipatia social de fragmentação de grupos e classes, com intuito de despertar sensações antagônicas e de expurgo do outro ou do inimigo que precisa ser vencido a qualquer custo. Enfim, as ações e palavras de Jair Bolsonaro despertaram um sentimento extremista aos seus seguidores, com viés à intolerância política e à discordância a determinados valores (étnico-racial, religiosa, socioeconômica etc.), como forma de emergir uma tensão e uma sensação de indignação, por meio de uma interface que prioriza convicções e crenças no conservadorismo cristão, no nacionalismo, na liberdade e em ideais autoritários.

Ainda sobre sua trajetória, durante a pandemia do Covid-19, já como então chefe do Executivo Federal, vários episódios polêmicos foram marcados pelas falas e ações do ex-presidente. Na contramão da ciência, dos protocolos sanitários e da orientação e recomendação da OMS, dizia: “[...] estamos preocupados, obviamente, mas não é uma situação alarmante” (BERALDO, 2020, online), o que eu acho, eu não sou médico, **eu não sou infectologista, o que eu vi até o momento, outras gripes mataram mais do que essa**” (BEHNKE, 2020, grifo nosso). Diante de tantos absurdos, mas repudiante foi associar a doença a “**uma gripezinha**” e defender firmemente que o País “**deveria voltar à normalidade**” (BARRUCHO, 2020, grifo nosso), com alusão a uma

defesa velada e esdrúxula da economia, quando ainda afirmou “[...] o comércio para e o pessoal não tem o que comer. O vírus, em alguns casos, mata. **O vírus mata, sim**”, ou seja, na sua visão, muitas mortes iriam ocorrer pela falta de comida em decorrência da crise (CHAIB, 2020, grifo nosso). Dentre tantas frases e pronunciamentos irracionais ou mesmo paradoxais dizer, ao seu perguntado, que “[...] **não sou cozeiro, tá!?**”, “Essa é uma realidade, o vírus tá aí. **Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque.** Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. **Todos nós iremos morrer um dia**”, quando, na época, o Brasil registrava 2.575 mortes e 40.581 casos confirmados de pessoas contaminadas pelo coronavírus, retratam falas alienadas de um chefe de Estado que sempre criou especulações antagônicas, com propensões autoritárias a ponto de deixar a nação refém de uma autoridade central e do negacionismo (GOMES, 2020, online, grifo nosso).

Por fim, importante relatar os acontecimentos que antecederam a sua saída da presidência e os atos do 08 de janeiro de 2023, quando algumas ações e discursos do ex-presidente serviram, talvez, como um pavio de um artefato prestes a detonar, e explodiu. Dentre as várias façanhas de Bolsonaro, pode-se citar: práticas que fomentaram a politização das Forças Armadas; o direcionamento radical de ataques à democracia e aos poderes constitucionais; e a incitação a condutas antidemocráticas e a favor da ruptura institucional.

De tudo isso, ficou evidente quando Bolsonaro militarizou a sua gestão executiva e mobilizou discursos de defesa da Garantia da Lei da Ordem (GLO) e de incitação às Forças Armadas, como um “poder moderador”, propensos ao golpe de Estado. Além disso, os diversos ataques expressos às urnas eletrônicas, sob a égide da existência de algoritmo que acarretariam divergências percentuais, e em defesa do voto impresso, inclusive sob o argumento de que venceria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda no primeiro turno do pleito eleitoral de 2022. Aliás, as condutas arbitrárias de Bolsonaro ocasionaram sua inelegibilidade perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por oito anos, pela prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação,

em virtude de uma reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores estrangeiros no dia 18 de julho do 2022 (TSE, 2023).

Observe que todas essas práticas desencadearam atitudes por parte de integrantes do Executivo e do oficialato das Forças Armadas, apoiadores do golpe, a saber: o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, o ajudante de ordens da presidência tenente-coronel Mauro Cid, o tenente-coronel Jean Lawand Junior, então subchefe do Estado Maior do Exército, dentre outros. E mais, tais posturas radicais incitaram a extrema direita a atos antidemocráticos, arrefeceu as manifestações e as invasões golpistas do 08 de janeiro, na sede dos três poderes da República, expondo as Forças Armadas ao propósito de ruptura e provocando uma insegurança social e abalo ao Estado de Direito e à democracia brasileira.

4 Escolas cívico-militar e a doutrinação paramilitar da juventude brasileira

Dentro do contexto sócio-histórico da ascensão da extrema direita, Jair Bolsonaro, com o apoio de seu “guru”, Olavo de Carvalho, teórico da revolta contra a intelectualidade de esquerda, assumiu o mandato presidencial em janeiro de 2019.

Durante o governo Bolsonaro, a extrema direita radicalizou um discurso contra-hegemônico em torno de uma plataforma ideológico-política, cuja principais características são o antipetismo, o antibolivarismo – revisitações do anticomunismo da década de 1950 -, a exaltação da Ditadura Militar, inclusive negando seu caráter autoritário e a antipolítica, representando, sobretudo, um discurso moral de indignação contra a corrupção sem limites, o conservadorismo (defesa da família tradicional e patriotismo), o negacionismo científico, a guerra contra o crime, a oposição à introdução de cotas raciais e de gênero nas universidades e, para completar, o Estado mínimo, a sociedade de mercado, a liberdade de expressão e o fim do Estado de bem-estar social – elementos centrais do pensamento neoliberal.

Tais linhas de atuação da direita extrema confirmaram o que já era esperado e o que se vinha prevendo desde 2018, dando continuidade, de uma certa forma, à projetos como: a Escola sem Partido

e a flexibilização do Estatuto do Desarmamento, sem esquecer a ausência de pautas sociais, o ataque às universidades públicas e, notadamente, a implantação das escolas cívico-militares.

Tudo isso se traduziu no projeto, parcialmente, alcançado, de fomentar pautas autoritárias, contrárias às agendas e prioridades dos governos anteriores de esquerda (Lula-Dilma), tendo como objetivo alimentar o “conspiracionismo” e o negacionismo, espalhados mediante um “letramento fascista” capilar em amplos setores da Administração Pública, das polícias, do Exército, e da sociedade civil brasileira, aliás, servindo-se também da manipulação midiática, do “gabinete do ódio”, sob o controle da família Bolsonaro em primeira linha na “guerra cultural” híbrida, contra uma suposta hegemonia marxista nas universidades, além do uso da mentira ilimitada como fundamento do seu projeto ideológico-político (GHERMAN, 2022).

Nesse viés, em 2020, o Ministério da Educação (MEC) inicia a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) na gestão de Abraham Weintraub, segundo ministro a assumir a Educação do País.

Um dos ministérios mais importantes do Governo Federal estiveram à frente da pasta cinco ministros, cujas trocas foram marcadas por crises e escândalos políticos. Antes de Weintraub [abril de 2019 a junho 2020], assumiu Ricardo Vélez Rodríguez [janeiro de 2019 a abril de 2019] que foi demitido, nas redes sociais, pouco mais de um ano depois da posse, em razão de divergências e medidas autoritárias, dentre elas: propor revisões polêmicas em livro didáticos sobre o modo como o golpe de 1964 e a ditadura militar foram ensinados. O terceiro a assumir foi Carlos Alberto Decotelli da Silva [junho de 2020], que pediu demissão antes mesmo de tomar posse, tal decisão se deu após uma série de denúncias a respeito de informações falsas sobre o seu currículo lattes. O quarto ministro da era Bolsonaro e, não menos polêmico, o pastor evangélico, Milton Ribeiro [julho de 2020 a março de 2022], assumiu o cargo, por quase dois anos, e o entregou em virtude de diversas polêmicas sobre questões relacionadas à homossexualidade e à homofobia, além de um aparente esquema de corrupção dentro do Ministério por tentar favorecer municípios

indicados por pastores. Com a saída de Riberio assumiu Victor Godoy Veiga [março de 2022 a dezembro de 2022] (BBC, 2022)

O Ministério da Educação foi uma das pastas em que a ala autoritária de Jair Bolsonaro se fez muito presente, e, com esse viés, buscou-se implementar a militarização no ensino brasileiro. O MEC tinha o objetivo de instalar 216 escolas cívico-militares em todo do país até 2023. A ideia inicial de implementar as 54 escolas como projetos-pilotos, distribuídos em 22 estados e pelo Distrito Federal, destinaria uma quantia de 54 milhões para consolidar um programa que contou com a parceria do Ministério da Defesa, que receberia 28 milhões para arcar com os pagamentos dos militares das reservas das Forças Armadas, e dos governos locais que teriam um aporte financeiro restante de 26 milhões para aplicar nas infraestruturas das escolas, nos materiais utilizados e nas reformas, dentre outros (MENEZES, 2020).

Tiveram preferências as instituições de ensino com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e em situação de vulnerabilidade social. Os colégios deviam ter de 500 a 1.000 alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio. Destacando que as unidades escolares estariam distribuídas em sua grande maioria nas regiões Norte [18], na Sul [13] e Centro-Oeste [11], as outras 12 unidades alocadas para a região Nordeste [7] e Sudeste [5] (PERA, 2019, online).

Na época, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub definiu o projeto como a maior revolução nos últimos 20 anos na área da educação, pois a formação de professores seria um dos pilares do programa das escolas cívico-militares, dessa forma envolveriam representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na etapa de capacitação da iniciativa do Ministério da Educação. Na ocasião, o ministro Weintraub afirmou que: “Já dá para ter a percepção que um número expressivo de municípios, estamos falando de mais de 10% do Brasil, quer aderir ao programa. Desses 650 municípios, quase metade veio do Nordeste” (PERA, 2019, online).

O programa idealizado na gestão Bolsonaro contaria com atividades extracurriculares que serviria, segundo Menezes (2020), de estímulos aos professores e alunos das escolas cívico-militares à

realização de um tipo de atividade que contribuiria para o desenvolvimento da educação integral dos estudantes. Dentre as atividades extracurriculares estão: a prática desportiva com a finalidade de desenvolver o espírito de corpo, o interesse pelo esporte e de revelar novos valores em diferentes modalidades; as atividades culturais que abrange clubes de leitura, de matemática, de física, de química, robótica, oficina de artes e de teatro, banda e coral, iniciação desportiva, clube de relações internacionais e clube de idiomas; os concursos e olimpíadas de conhecimentos para incentivar os alunos a participar de competições nas áreas de ensino (MENEZES, 2020).

Segundo o ex-secretário de Educação Básica Janio Macedo, o modelo veio para somar com outros já existentes. Para ele, escola cívico-militar é um modelo desenvolvido para melhorar a educação básica do País, para isso, foi construído um ambiente de parcerias e de maior vínculo entre gestores, professores, militares, estudantes e até mesmo pais e responsáveis. O modelo militarizado abrangeu três áreas: a didático-pedagógica que traz “atividades de supervisão escolar e psicopedagogia” para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, preservando as atribuições exclusivas dos docentes; a educacional, com intuito de “fortalecer os valores humanos, éticos e morais” bem como incentivar a formação integral como cidadão e promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar; a administrativa que visa “aprimorar a infraestrutura e a organização da escola” para aprimorar a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar (PERA, 2019, online). Portanto, os militares envolvidos no processo pedagógico atuariam como monitores, acompanhando a vida dos alunos, em contato com as famílias, e avaliando o nível de vulnerabilidade de cada estudante.

A gestão do ex-presidente Bolsonaro acreditava que neste tipo de metodologia de educação e ensino, os professores permaneceriam sendo os protagonistas na cadeia de aprendizagem, pois os docentes continuariam a comandar a sala de aula, enquanto a organização e disciplina ficariam a cargo dos militares. No programa, os militares iriam atuar como monitores nas três áreas mencionadas, assim os militares ajudariam os civis a realizarem

uma gestão de excelência nas instituições de ensino e em todas as funções previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Para o Governo Federal, mudar o Brasil por meio da educação seria de responsabilidade da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. O órgão, vinculado ao Ministério da Educação, foi criado através do Decreto Federal nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, e tinha como objetivo democratizar o ensino de qualidade oferecido pelas escolas militares do Brasil. Segundo a ex-subsecretária da pasta, Márcia Amarílio, o novo modelo a ser instalado pretende resgatar a disciplina e a organização, principalmente nas escolas públicas de maior vulnerabilidade social, de modo que “a gestão da organização didático-pedagógica continua sendo desempenhada pelos professores civis”, o que muda é que “com o modelo cívico-militar, a escola muda o uniforme e sua infraestrutura, ou seja, as instalações físicas para atender ao programa, e também a gestão administrativa, que passa a ser feita pelos militares”. Na transição do modelo criado, destaca a ex-Secretária que “[...] nós vamos oferecer cursos de capacitação para os militares justamente nessa área de gestão escolar, bem como para os professores civis, porque eles também precisam se adaptar a esse novo modelo”, e continua, afinal “[...] acreditamos que esse tipo de capacitação vai minimizar esse embate, ou seja, o militar vai passar a entender melhor sobre a comunidade escolar e o civil vai entender melhor como funciona o militar. Isso vai trazer uma harmonia para dentro do sistema” (MENEZES; SÓCRATES, 2019).

Nos 300 dias da gestão Bolsonaro, os governistas comemoraram o trabalho de implantação das escolas cívico-militares. Em evento realizado no Palácio do Planalto, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, após ser citado pelo ex-presidente, se emocionou e destacou o fato de que o trabalho estava sendo bem coordenado e que o povo brasileiro já estaria reconquistando a confiança no País. Foram as palavras dele: “Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros [...], como é duro você ser recebido em outros países com o manto da desconfiança. Isso acabou”, tais falas foram referendadas pelo ex-ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni, o qual observou que o trabalho estava sendo realizado visava conduzir a Nação a um caminho

de prosperidade, para Onyx: “[...] temos uma escola diferente, que agora é um lugar onde a criança pode aprender e não um lugar de militantes políticos” (MARQUES, 2019).

Assim, contrário a isso, a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, em 13 de julho de 2023, o encerramento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Como já mencionado, o modelo de ensino foi uma das principais bandeiras políticas do governo anterior para a educação brasileira. Para os integrantes da pasta da Educação do governo Lula, o modelo que se queria adotar era “problemática” e apresentava “desvio de finalidade das atividades das Forças Armadas” (PINOTTI, 2023). Para os críticos do programa implantado, o governo do ex-presidente Bolsonaro não demonstrou, em nenhum momento de sua gestão, preocupação com a situação precária das escolas públicas, nem tampouco com os assustadores índices educacionais do País, uma vez que mesmo a educação pública estando acometida de infraestruturas deficientes, escassez de professores e funcionários, ausências de equipamentos nas escolas, *internet*, dentre outras carências, a obsessão de Bolsonaro pela implantação do modelo cívico-militar, inclusive com um orçamento triplicado ao Programa, entre 2020 e 2022, de 18 milhões para 64 milhões, não resolveria os percalços da educação brasileira, pois ficou evidente que o ex-presidente privilegiou politicamente, como um projeto de poder, as escolas cívico-militares, que representaram apenas 0,15% da rede pública brasileira, em detrimento das demais (NOBLAT, 2022).

A militarização da juventude pretendida pelo governo Bolsonaro com o Pecim, além de buscar implantar um modelo castrense, de certa forma tencionou um fundamentalismo político de extrema direita que buscou priorizar a educação puramente de adestramento, baseada na hierarquia e disciplina desde os anos fundamentais de aprendizagem dos jovens estudantes. Salientando que a concepção ou métodos militares, por serem doutrinados, não condiz ou não é compatível com o modo ou a fórmula de educar das escolas públicas, uma vez que a educação parte do pressuposto do questionar ou contestar, e o militarismo parte da regra do obedecer sem refutar ou contradizer. Esse tipo de mecanismo de controle pode ser perigoso, uma vez que existem métodos na

formação militar que podem levar a submissões excessivas aos regulamentos próprios da caserna, os quais motivam processos de punições rígidas e/ou constrangimentos inadequados, contrários aos sistemas de aprendizagem e de ensino da contemporaneidade.

Enfim, o modelo proposto por Bolsonaro simboliza um projeto militarista em que a disciplina do medo, por tornar a hierarquia e o autoritarismo em pedagogia, e, estrategicamente, buscar implantar uma metodologia de ensino, por meio de valores como nacionalismo, patriotismo, disciplina, pátria, família e religião, institui formas irracionais de consciências que poderão impulsionar certos comportamentos na juventude envolvida no processo militarizado. Afinal, não por acaso esse formato de escola foi implantado pelo fascismo de Benito Mussolini em 1922, na Itália, e por Adolf Hitler, na Alemanha, em meados de 1933, em que no regime nazista mobilizou-se uma Juventude Hitlerista, isto é, em torno de 5 milhões de jovens guiados por um projeto ideológico de poder e dominação, por meio da criação de escolas cívico-militares (LUZ, 2019).

Sobre isso, o filósofo e professor da USP e ex-ministro da Educação no governo Lula, Renato Janine Ribeiro, em entrevista à Rádio CBN no dia 27/02/2019 destaca:

A escola deve incentivar o aluno a ser rebelde, a ter opinião, questionar o professor, refletir sobre a sociedade. Isso é bom para a escola e para o aluno. A escola com militares é exatamente o contrário: ela pretende educar para um tempo que não existe mais – quando o professor era autoridade inquestionável. Esse tempo se foi, não volta mais (LUZ, 2019, online).

Ademais, apesar da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não dar continuidade a esse programa pelo Governo Federal, alguns governos locais defenderam a permanência desse formato em seus estados e municípios. Assim, mesmo após a orientação do MEC pelo encerramento, São Paulo, Paraná e Santa Catarina pretenderam manter e/ou reestruturar o modelo criado pelo governo Bolsonaro. Além dessas unidades federativas, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Rondônia e o Distrito Federal afirmaram que permanecerão como o modelo cívico-militar independente do Governo Central, e que não sofrerão nenhum impacto com a

decisão do presidente Lula de não apoiar o Pecim. Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (republicanos) anunciou que pretende regulamentar as escolas cívico-militares no Estado, através de Decreto, porque na sua visão a manutenção do programa é importante porque foi aluno de Colégio Militar e sabe a importância de um ensino de qualidade que transmita valores corretos para os nossos jovens. Da mesma forma, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, justificou a continuidade dizendo que vai manter essas escolas existentes e sua estratégia é ampliá-las, já que elas se enquadram como unidades de ensinamentos vocacionais e estão no escopo do novo ensino médio. Quanto aos estados de Minas Gerais e Amazonas, o primeiro possui oito escolas vinculadas ao Programa Nacional e ambos analisam a situação para tomar uma decisão sobre o futuro dessas escolas militarizadas (LAFORÉ; PEREIRA; BRONZE, 2023).

A decisão de alguns governadores de manter e ampliar o modelo idealizado, sobretudo, os aliados do ex-presidente Bolsonaro, só revela uma medida neoliberal e conservadora que busca estabelecer um controle na formação da juventude brasileira, através da militarização nas unidades de ensino, que denota uma fórmula dominante da extrema direita de impor uma doutrinação com a intervenção estratégica no sistema educacional do Brasil.

Afinal de contas, as atitudes e ações de Bolsonaro sempre denunciaram uma forte fantasia de atuação das Forças Armadas aliada a solução de diversos problemas sociais, inclusive os educacionais, posto que a intervenção militar nas escolas, sob uma lógica neoliberal, visou desfigurar a atividade política democrática da gestão do ensino público brasileiro, por meio de uma estratégia política que pretendeu proporcionar uma imagem de totalidade, salvação ou harmonia de ataques e ameaças e obstáculos à realização dessa plenitude pelas pautas lideradas pelas agendas e iniciativas do Partido dos Trabalhadores (CUNHA; LOPES, 2022).

Por fim, o que se viu pelo propósito Bolsonaroista foi um juízo valorativo ao projeto educacional dos governos esquerdistas anteriores, como forma de provocar uma ruptura antagonista e antidemocrática do espectro político-partidário das gestões Lula/Dilma no sistema de ensino do País. Afinal, os movimentos da

extrema direita brasileira, adeptas aos ideais do ex-presidente Jair Bolsonaro, constituíram-se perfiladas às demandas ultraconservadoras, militaristas e autoritárias, representando um discurso simbólico de defesa ao modelo militarizado das escolas brasileiras e de negação e retrocesso ao projeto educacional existente, sob o rótulo metafórico de solução das fragilidades e da ineficiência da educação no Brasil.

5 Considerações Finais

Quando aqui foi analisada a iniciativa da implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, buscou-se refletir sobre as questões envolvendo o modelo militarizado de ensino, os propósitos do ex-presidente da República e os ideais dos seus apoiadores na interferência do sistema educacional do País.

A implementação do Pecim, alinhavada no discurso do ex-ministro da Casa Civil Onix Lorenzoni – *“temos uma escola diferente, que agora é um lugar onde a criança agora pode aprender e não um lugar de militantes políticos”*, parece revelar simbolicamente uma forma de dominação, de continuidade e permanência do poder, e, particularmente, estabelecer uma certa influência no processo pedagógico, impondo um tipo de adestramento militar, que serve como um *modus operandi* específico para ultimar sob a divisão social e política, no combate e na perseguição aos adversários e na aniquilação do inimigo comum.

Assim, independente de tal modelo proposto vir proporcionar algum tipo de melhoria à qualidade do ensino brasileiro, como solução à gestão educacional, absenteísmo nas escolas públicas, dentre outros problemas, é importante que se avalie a real intenção da implementação da proposta pedagógica militar, uma vez que essa intervenção estratégica na forma tradicional de educação poderá, sob o manto da legitimidade e da representatividade, servir para interesses específicos de projetos de poder, e, sobretudo, moldar-se *per se* como um pano de fundo na acomodação, alienação e doutrinação paramilitar da juventude brasileira, o que pode ocasionar um desvirtuamento das atividades finalísticas da Forças Armadas e, enfim, uma eventual ameaça ao Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. **Revista IHU on-line**, nov. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 22 set. 2023.

ARANTES, P. E. Nova direita surgiu após junho, diz filósofo. **Folha de S. Paulo**, out. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BARRUCHO, Luís. Coronavírus: o que diz a Ciência sobre 6 pontos do discurso de Bolsonaro. **BBC News Brasil**, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52041251>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BBC. Por que Hillary perdeu a eleição mesmo recebendo mais votos que Trump. **BBC News Brasil**, nov. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37948302>>. Acesso em: 26 set. 2023.

BBC. Milton Ribeiro deixa MEC: lembre as crises dos 4 ministros da Educação sob Jair Bolsonaro. **BBC News Brasil**, mar. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60908879>>. Acesso em: 26 set. 2023.

BEHNKE, E. 'Outras gripes mataram mais que essa', diz Bolsonaro sobre coronavírus. **O Estado de S. Paulo**, mar. 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,outras-gripes-mataram-mais-que-essa-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus,70003229087>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BERALDO, P. Não é uma situação alarmante, diz Bolsonaro sobre vírus. **O Estado de S. Paulo**, jan. 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-uma-situacao-alaricante-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus,70003173424>>. Acesso em: 26 set. 2023.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOLSONARO, J. "GloboNews pediu-me uma nota sobre o episódio de hoje". **Facebook**, 24 abr. 2016a. Disponível em: <www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/621891257959864/?type=3&theater>. Acesso em: 25 set. 2023.

BOLSONARO, J. Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. **Youtube**. 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em: 25 set. 2023.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

CALDIRON, G. **La destra plurale**. Roma: Manifestolibri, 2001.

CARTACAPITAL. Extrema-direita se radicalizou com chegada de Bolsonaro ao poder. **CartaCapital**, 10 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/extrema-direita-se-radicalizou-com-chegada-de-bolsonaro-ao-poder/>>. Acesso em: 25 set. 2023.

CHAIB, J. 'Parece que o Rio de Janeiro é um outro país', diz Bolsonaro sobre decisão de Witzel. **Folha de S. Paulo**, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/parece-que-o-rio-de-janeiro-e-um-outro-pais-diz-bolsonaro-sobre-decisao-de-witzel.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CUNHA, V. P. da; LOPES, A. C. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 43, e258252, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/QjXXtGBRt8JHqsyKn335nWK/>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GENTILE, F. A direita brasileira em perspectiva histórica. In: **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.25.1, 2018, p.92-11. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017>>. Acesso em: 22 set. 2023.

GHERMAN, M. **O não judeu judeu**. A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo Editora, 2022.

GOMES, P. H. 'Não sou covheiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **G1**, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 26 set. 2023.

GORTÁZAR, N. G. Bolsonaro, um candidato que cresceu no Facebook e não quer sair de lá. **El País**, 28 out. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540388654_185690.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

GUIMARÃES, J. Conheça a história sombria do coronel Ustra, torturador e ídolo de Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://>

www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>. Acesso em: 22 set. 2023.

G1 DF. Ato pró-impeachment de Dilma no DF termina com queima de 'caixão do PT'. **G1**, 13 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/manifestacao-pro-impeachment-de-dilma-fecha-centro-de-brasilia.html>>. Acesso em: 23 set. 2023.

LACLAU, E. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAFORÉ, B.; PEREIRA, R.; BRONZE, G. Estados decidem manter escolas cívico-militares após encerramento de programa do governo federal. **CNN Brasil**, 13 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estados-decidem-manter-escolas-civicos-militares-apos-encerramento-de-programa-do-governo-federal/>>. Acesso em: 24 set. 2023.

LUZ, D. A pedagogia do medo: escola militarizada no DF. **Jornalistas Livres**, 10 out. 2019. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/a-pedagogia-do-medo/>>. Acesso em: 29 set. 2023.

LYNCH, C. E. C. Bolsonaro expõe autoritarismo de neoliberais e nova 'jornada de otários' de neoliberais. **Folha de S. Paulo**, 20 mar. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/03/bolsonaro-expoe-autoritarismo-de-neoliberais-e-nova-jornada-de-otarios-de-liberais.shtml>>. Acesso em 22 set. 2023.

MARQUES, L. Em 300 dias de governo, destaque da Educação vai para Future-se, Escola Cívico-Militar e Enem 2019. **Portal MEC**, 5 nov. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos-637152388/82191-em-300-dias-de-governo-destaque-da-educacao-vai-para-future-se-escola-civico-militar-e-enem-2019>>. Acesso em: 26 set. 2023.

MAZUÍ, G. Bolsonaro defende 'impor' escolas cívico-militares para cidadão não depender de programas sociais. **G1 Brasília**, 5 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/05/bolsonaro-defende-impor-escolas-civico-militares-para-cidadao-nao-depender-de-programas-sociais.ghtml>>. Acesso em: 12 set. 2023.

MENEZES, D. Conheça as atividades extracurriculares que serão estimuladas nas escolas cívico-militares. **Portal MEC**, 5 fev. 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85231-conheca-as-atividades-extracurriculares-que-serao-estimuladas-nas-escolas-civico-militares>>. Acesso em: 26 set. 2023.

MENEZES, Dyelle; SÓCRATES, Tatiana. Escolas cívico-militares serão implantadas sob demanda. **Portal MEC**, dez. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-civico-militares>>. Acesso em: 26 set. 2023.

MODELLI, L. “Brasil é um laboratório da extrema direita global”. **Deutsche Welle**, 10 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-um-laborat%C3%B3rio-da-extrema-direita-global/a-64351759>>. Acesso em: 22 set. 2023.

MUDDE, C. **The far right today**. Polity press, 2019.

NOBLAT, G. Prioridade a escolas cívico-militares reforça viés ideológico. **Metrópoles**, 23 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/artigos/prioridade-a-escolas-civico-militares-reforca-vies-ideologico>>. Acesso em: 26 set. 2023.

PERA, G. Cerca de 650 municípios manifestam interesse em implantar escolas cívico-militares. **Portal MEC**, 16 out. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/81311-cerca-de-650-municipios-manifestam-interesse-em-implantar-escolas-civico-militares>>. Acesso em: 26 set. 2023.

PINOTTI, F. Como é uma escola cívico-militar? Entenda. **CNN Brasil**, 13 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/como-e-uma-escola-civico-militar-entenda/>>. Acesso em: 28 set. 2023.

PRADO, M. **Tempestade ideológica** - Bolsonaro: A Alt-Right e o Populismo Iliberal no Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora Lux, 2021.

RESENDE, V. de M. Dessemelhança e expurgo do outro no debate acerca do rebaixamento da maioria penal no Brasil: uma análise discursiva crítica. **Forma y Función**, Bogotá, v. 22, n. 1, pp. 145-159, jan./jun. 2009.

SAVIAN, Juvenal; MODELLI, Laís. Marilena Chaui: violência e autoritarismo por todos os lados. **Revista Cult**. 5 fev. 2016. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/marilena-chaui-violencia-e-autoritarismo/>>. Acesso em: 23 set. 2023.

SILVA, A. B. et al. A extrema direita na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, pp. 407-445. Jul./set. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 set. 2023.

SOLANO, E. **Crise da democracia e extremismos de direita**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. Análise nº 42/2018, São Paulo, 2018.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre, 2022.

TSE. **Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos**. Tribunal Superior Eleitoral, 30 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>>. Acesso em: 26 set. 2023.

VILLELA, F. Manifestantes vão às ruas em protestos contra o governo em todo país. **Agência Brasil**, 13 mar. 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/manifestacao-no-riodura-cinco-horas-e-ocupa-orla-de-copacabana>>. Acesso em: 22 set. 2023.

ZANINI, F. Ato atípa youtubers pró-Bolsonaro, que defendem ação militar contra Congresso e STF. FOLHAPRESS, 8 mar. 2020. [Consultado em 180graus]. Disponível em: <<https://180graus.com/na-politica/ato-atica-youtubers-pro-bolsonaro-que-defendem-acao-militar-contra-congresso-e-stf>>. Acesso em: 23 set. 2023.